

Uma política para abrir a economia

13 ABR 1986

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

A agenda externa do presidente José Sarney, neste ano, inclui visitas a países que atravessam um processo de modernização, como a República Popular da China e a União Soviética, sem que "essa onda de abertura e de liberalização seja de caráter ideológico".

O exemplo foi citado por Sarney, na entrevista que concedeu a este jornal, ontem à tarde, para expressar a sua convicção de que "o progresso obriga o Brasil a modernizar-se" e que esse fato se cria a partir da necessidade de o País tornar-se competitivo. "Se não nos modernizarmos internamente, não podemos entrar na concorrência."

Para o presidente, a modernização passa por um estágio de livre concorrência que implica o fim do mercado oligopolista. Sarney está convencido de que "o consumidor já não se submete a ser colonizado", que a política de substituição de importações já ter-



José Sarney

minou e que o avanço das exportações brasileiras "deflagra internamente uma necessidade de modernização".

O presidente também considera que essa nova mentalidade não deve ser confundida pelas elites políticas como "uma onda ideológica". Mas observa que, em alguns setores, o temor da abertura é "uma forma de subdesenvolvimento político".

"Veja o caso da URSS,

da China e da própria França. O Barre (Raymond Barre, candidato de centro-direita às eleições presidenciais francesas) está usando esse tema em sua campanha", comenta.

A modernização a que o presidente se refere quer dizer também a necessidade de o Brasil deixar de ser autárquico em todos os setores. Na integração com a Argentina, o caso do trigo ou da maçã é exemplar. A auto-suficiência nesses dois produtos dificulta o equilíbrio no intercâmbio e a complementaridade.

"Vargas (Getúlio Vargas) dizia que o trigo é a salvação. Mas temos de rever isso. O trigo argentino é mais barato do que o brasileiro, custa-nos entre US\$ 90 e US\$ 100, enquanto o nosso (subsidiado) sai por quase US\$ 200", observa o presidente.

Ele diz que já determinou o cumprimento dos compromissos de compra do trigo do país vizinho. Mas fontes diplomáticas afirmaram a este jornal que está havendo dificuldades na importação do produto devido à supersafra que o Brasil colheu em 1987.

"Neste ano já limitamos a área de plantio", lembra Sarney, pois em 1989 está prevista a importação de 1,6 milhão de toneladas da Argentina. Quatro dias após ter-se despedido de seu colega Raúl Alfonsín, em São Paulo, o presidente, que já se prepara para outros compromissos de sua agenda externa, não deixa de se preocupar com a integração entre Brasil e Argentina, apesar de achar que "os acordos vão indo bem".

Ele e Alfonsín estão mobilizando seus assessores para apressar

(Continua na página 5)

Uma política para abrir... 13 ABR 1986

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

a elaboração de um tratado que até o final do ano deve-rá ser apresentado aos con-gressos de ambos os países, para ser votado e homolo-gado, consagrando a inte-gração como irreversível.

Nos quarenta minutos de entrevista (que ele preferiu não fosse gravada), Sarney incluiu o exercício de inte-gração com a Argentina e o Uruguai na lista das ativi-dades de política externa que exprimem uma marca agressiva de seu governo na ocupação de espaços na cena internacional.

"O Brasil tinha a tradi-ção de se encolher. Agora temos uma posição partici-pativa nos foros multilate-rais", afirmou, lembrando sua ida à Assembleia Geral das Nações Unidas sobre desarmamento, no dia 6 de junho, a participação bra-sileira em todos os grupos da Rodada Uruguai, do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e a en-trada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, de-pois de vinte anos de ausên-cia.

Sarney orgulha-se de, com Alfonsín, ter iniciado o mercado comum latino-ameri-can. "O problema era começar. Havia impe-dimentos de caráter políti-co, de confianças de natu-reza nuclear. Agora não temos mais segredos e a 'competência' (competi-ção) histórica entre o Bra-sil e a Argentina desapare-ceu".

Sarney lembra que a in-tegração "foi um ato de vontade" seu e de Alfonsín. "Chegamos a Iguacu (no-vembro de 1985) e conver-samos muito à noite e no dia seguinte ele foi a Itai-pu." A ida de Alfonsín à barragem construída com o Paraguai, que causou tensões entre os governos brasileiro e argentino, foi vista como uma nova etapa no relacionamento bilate-ral.

Nessa mesma viagem, cheia de simbolismos, os dois presidentes, além de inaugurar a ponte Tan-credo Neves, significando a união de ambos, assinaram a "Ata de Iguacu" que marca o começo do proce-ssão de integração, o embrião dos 22 protocolos que vi-riam a ser assinados entre

julho de 1986 e abril deste ano.

O presidente enfatizou os resultados positivos da in-tegração: a ampliação da lista de bens de capital, que por vontade dos empresá-rios passou a incorporar mais 130 itens, referiu-se à subscrição feita pelos dois países de 180 milhões de Di-reitos Especiais de Saque (DES) — a moeda escritu-ral do Fundo Monetário In-ternacional, que equivalem a cerca de US\$ 200 milhões — para o fundo de investi-mentos, dos quais US\$ 20 milhões já foram integrali-zados e observou que o co-mércio bilateral já dupli-cou desde o início da inte-gração.

Sarney disse que o "mer-cado comum entre o Brasil e a Argentina já existe, desde que 524 produtos do setor de bens de capital po-dem ser trocados livre-men-te, sem pagar impostos".

"A Zona de Livre Comér-cio, já começou. Firmamos mais acordos com a Argen-tina nesses quase dois anos do que em cem anos de re-lacionamento e o empresá-riado está engajado no pro-cesso." Esses são alguns frutos importantes da inte-gração, segundo o presi-dente.